

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – LEI**
- 2 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 3 – ATAS**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – ORDENS DO DIA**
 - 4.1 – Plenário
 - 4.2 – Comissões
- 5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 5.1 – Plenário
 - 5.2 – Comissões
- 6 – EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO**
 - 6.1 – Comissão
- 7 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 – ERRATA**



LEI

LEI Nº 23.090, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessação de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado, reinstitui benefícios fiscais relativos ao ICMS, altera as Leis nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, nº 15.273, de 29 de julho de 2004, nº 22.549, de 30 de junho de 2017, e nº 22.606, de 20 de julho de 2017, e dá outras providências.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 24.035, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembleia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 24.035:

Art. 13 – Ficam autorizadas, até 27 de dezembro de 2018, a repactuação das dívidas, a concessão de descontos para liquidação de dívidas originárias de operação de crédito rural inscritas em dívida ativa e a concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG –, relativas a empreendimentos atingidos pela seca, localizados no norte do Estado, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, nos termos da Lei federal nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÕES DE LEI****PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.066**

Declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental do Vale do Aço – ARPAVA –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental do Vale do Aço – ARPAVA –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 19 de novembro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.067

Declara de utilidade pública a entidade Itajubá pelos Pets, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Itajubá pelos Pets, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 19 de novembro de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/11/2018****Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Propostas de Ação Legislativa nºs 225 a 301/2018; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.440 e

5.458/2018; Requerimentos nºs 11.626 a 11.632/2018; Requerimentos Ordinários nºs 3.294, 3.303 a 3.306, 3.312 e 3.320/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Esporte, do Trabalho e de Segurança Pública – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Felipe Attiê e Rogério Correia – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 3.312, 3.320 e 3.303 a 3.306/2018; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Vítor Xavier – Léo Portela – Nozinho – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Geisa Teixeira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Rogério Correia, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

PROPOSTAS DE AÇÃO LEGISLATIVA

– As Propostas de Ação Legislativa nºs 225 a 301/2018 foram publicadas na edição anterior.

OFÍCIOS

Do Sr. Gilson Batista, presidente da Câmara Municipal de Diamantina, encaminhando moção de repúdio dessa casa legislativa ao atentado praticado pelo Sr. Adélio Bispo de Oliveira contra o então candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro. (– À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando nota técnica relativa ao Projeto de Lei nº 1.271/2015. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Rozilene Alves Monteiro, da assessoria de apoio ao gabinete do secretário de Agricultura, encaminhando ofício do titular da pasta em que presta esclarecimentos sobre a retirada da vacinação contra a febre aftosa no País. (– À Comissão de Agropecuária.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.440/2018

Altera a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. (Que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências).

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 21 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação e cica acrescentado o artigo 27-A a seguir:

“Art. 21 – Poderão ser estabelecidos prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licenciamento ambiental, desde que observado o prazo máximo de sessenta dias contar da formalização do respectivo requerimento, devidamente instruído, até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – ou audiência pública, quando o prazo será de até cento e vinte dias.

Art. 27-A – Os órgãos públicos a que se refere o art. 27 desta Lei poderão manifestar-se quanto ao objeto do processo de licenciamento ambiental, de maneira não vinculante, no prazo de 60 dias, contados da data em que o empreendedor formalizar, junto aos referidos órgãos e entidades intervenientes, as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções.

§ 1º – A não vinculação a que se refere o caput implica a continuidade e a conclusão da análise do processo de licenciamento ambiental, com a eventual emissão de licença ambiental, após o término do prazo de 60 dias, sem prejuízo das ações de competência dos referidos órgãos e entidades públicas intervenientes em face do empreendedor.

§º 2º – A licença ambiental emitida produzirá efeitos e será considerada válida após o término do prazo de que trata o caput deste artigo”.

Art. 2º – Esta lei em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, de de 2018.

Deputado Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que “Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual”, estabelece em seu art. 47 o prazo de sessenta dias para a decisão processo administrativo, contados da conclusão da sua instrução. Este prazo deve ser aplicado também para a análise dos processos de licenciamento ambiental, com exão daqueles em que há apresentação de EIA/RIMA, que em virtude da complexidade do mesmo, exige prazo maior para sua análise.

A Lei nº 21.972/2016 prevê que os órgãos e entidades da administração pública a que se refere o seu art. 27 poderão manifestar-se de maneira não vinculante no processo de licenciamento ambiental. No entanto, não fixa prazo para que esta manifestação ocorra. Desta forma, fixamos o prazo de 60 dias, para coincidir com o prazo máximo da decisão acerca do processo de licenciamento ambiental.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.458/2018

Declara de utilidade pública a Associação Lacre do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Lacre do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 2018.

Deputado João Vítor Xavier (PSDB)

Justificação: "A campanha “Lacre do Bem” foi criada em 2013 por Julia Macedo, quando tinha 9 anos. Consiste em arrecadar lacres de latinhas de alumínio para vender à reciclagem e com o dinheiro arrecadado comprar cadeiras de rodas que são doadas para pessoas com deficiência.

Julia teve a iniciativa de criar o “Lacre do Bem” depois de receber um agradecimento em forma de bonequinhos de papel (origami) de uma creche da cidade de Belo Horizonte, que cuida de crianças com paralisia cerebral, após uma doação que fez à essa instituição. Ela guardou em seu coração a vontade de ajudar mais um pouco a creche.

No início, sua idéia consistia apenas em recolher lacres das latinhas que encontrasse pelo caminho. Foi muito difícil, pois juntar tantos lacres não é tarefa simples para tão pouca gente. Mas Julia tinha determinação: fazia bilhetinhos todos os dias e entregava na escola, pedindo às pessoas que colaborassem recolhendo lacres. Foi assim que chamou a atenção de colegas, professores, amigos e parentes, ao ver que sua atitude poderia ajudar muita gente.

Depois de dois meses juntando lacres, só tinham menos da metade de uma garrafa PET de 2 litros. A mãe de Julia mostrou à ela a quantidade de lacres que haviam recolhido, no intuito de fazê-la desistir. Mas ela, com os olhos brilhando, disse: “Que tanto!”. Todos olhavam a parte vazia da garrafa, e ela a parte cheia... Essa forma positiva de ver as coisas foi uma lição muito grande para todos e o grande motivo para continuarem.

Julia e seus pais foram à escola e pediram auxílio à diretora, que aceitou o desafio na hora. Colocaram cartazes por todo lado e intensificaram os bilhetinhos para todas as famílias. E as doações começaram a acontecer.

Após esse episódio, o jornal Estado de Minas publicou sua história, juntamente com a TV Alterosa, na Série Mineiros de Ouro.

Além do Prêmio Mineira de Ouro, Julia ganhou o prêmio Bom Exemplo Cidadania 2014, promovido pela Rede Globo Minas em parceria com a Fundação Dom Cabral, a Fiemg e o jornal O Tempo. Isso serviu para alavancar ainda mais a campanha e ganhou proporções que não esperava.

É necessário a reciclagem do equivalente à 140 garrafas de 2 litros cheias de lacres para adquirir uma cadeira de rodas de uso geral – ou seja, 352 mil lacres".

Outros prêmios recebidos:

Prêmio Gentileza Urbana, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG); – Medalha Valores da Liberdade no 8º no Festival Internacional Andando de Bem com a Vida. – Moção de Aplausos da Câmara Municipal de Curvelo, proposta pelo vereador Laudimir Rodrigues da Silva; – Manifestação de Aplausos proposta pelo Deputado Wander Borges, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; – Moção de Aplausos proposta pelo Vereador Coronel Piccinini da Câmara Municipal de Belo

Horizonte; – Medalha do Mérito Grau Bronze Tenente Coronel João Batista de Assis da União dos Militares de Minas Gerais (UMMG).

Os membros de sua diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade. Por sua importância, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.626/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Hospitalar de Cristina, pela inauguração do centro de radiologia e da nova sala de emergência da Santa Casa. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.627/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 12/11/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de armas, munição e drogas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.628/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela investigação realizada a partir da tentativa de depósito de R\$69 milhões em uma das agências do Banco do Brasil, o qual parece decorrer de venda de papéis do Tesouro Nacional, vencidos na década de 1970. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.629/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – e à Autopista Fernão Dias pedido de providências para a instalação de radares de controle de velocidade nos trechos da Rodovia BR-381 (Fernão Dias), no Município de Perdões, compreendendo os Kms 671 e 674, no sentido de São Paulo. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.630/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências, acompanhado da cópia da decisão, para que se cumpra a ordem de tutela de urgência referente ao Processo nº 5108243-14.2018.8.13.0024, que determina o fornecimento, ao autor, do medicamento de princípio ativo "ibrutinibe".

Nº 11.631/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Farias Menezes de Oliveira, prefeito de Dionísio, pela realização do mutirão de exames oftalmológicos gratuitos para a população.

Nº 11.632/2018, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja restabelecido, de imediato, o pagamento da remuneração integral e no 5º dia útil dos 92 servidores que compõem o quadro funcional da Escola de Saúde Pública do Estado – ESP -MG.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.294/2018, do deputado João Magalhães, em que requer seja o Projeto de Lei nº 5.442/2018 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer.

Nº 3.303/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja o Projeto de Lei nº 2.276/2015 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Nº 3.304/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja o Projeto de Lei nº 523/2015 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Nº 3.305/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja o Projeto de Lei nº 700/2015 encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo para emitir parecer.

Nº 3.306/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 699/2015 uma vez que a Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Nº 3.312/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.119/2015.

Nº 3.320/2018, do deputado Cássio Soares, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.400/2017.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Esporte, do Trabalho e de Segurança Pública.

Questão de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Presidente Dalmo Ribeiro Silva, deputado Felipe Attiê, estivemos juntos nas discussões sobre as escolas especiais e falávamos, há pouco, sobre a situação de Uberlândia. Hoje recebemos a informação de que a diretora da escola especial de Ituiutaba confirmou sua presença na próxima terça-feira. Em dois momentos muito especiais, eu gostaria de fazer uma comunicação ao Plenário e a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos pela TV Assembleia. O MEC abriu uma consulta pública a respeito da educação especial para que, de forma organizada, por meio de escolas e associações, as pessoas que planejam participar tenham prazo até o dia 21 de novembro próximo. Nessa data, o MEC encerrará a participação de brasileiros e brasileiras nessa consulta sobre o modelo de educação especial que o País quer para os próximos anos. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência fez as devidas convocações e convites para que as pessoas dessas escolas especiais, a sociedade organizada, através das associações, como a Asa-Tea, que cuida do transtorno do espectro do autismo, e ainda fará a confirmação, e o Censa, de Betim, tenham oportunidade de, na terça-feira que vem, dia 20, às 14h30min, aqui, na Assembleia, abriremos os caminhos para uma nova educação dos jovens e das crianças com deficiência. Além de enviar ao MEC a posição de Minas Gerais, na terça-feira, queremos tirar uma posição para ser entregue ao futuro governador, Romeu Zema, do modelo que hoje está colocado no Estado e das necessidades de mudança desse atual modelo, que precisa ser revisto, fortalecido, urgentemente, e valorizado. Passaremos para o futuro governador um relatório das visitas que fizemos às escolas especiais. Na sua grande maioria, falta-lhes condição básica, que é o alimento; faltam instrumentos para as oficinas pedagógicas; faltam profissionais que deveriam compor as equipes multidisciplinares, com terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e enfermeira; enfim, falta quase tudo. O que mais falta na educação especial de Minas é a responsabilidade do Estado para com as suas escolas. Veja bem, deputada Geisa, as escolas especiais não existem em rede, uma não sabe da existência da outra. Por exemplo, uma diretora de Varginha, onde V. Exa. reside, sabe que em Campo Belo há as escolas estaduais X e Y, se conhecem, trabalham em rede e discutem as questões das escolas estaduais juntas, de forma harmoniosa. Por sorte dessas escolas, a educação vai bem, graças a Deus. Na educação especial, diferentemente, as diretoras não se conhecem, não se comunicam. O Estado não tem com elas uma relação profissional, de trabalho, para que possam produzir. O Estado está avaliando, mas é como se não existissem na estatística. Uma diretora de uma escola especial, por exemplo, só teria direito a uma vice-diretora se for levado em consideração o mesmo número de alunos das escolas normais, das escolas regulares. Mas como pode haver uma escola especial, de crianças com deficiência, com mais de 500 alunos? Só assim a diretora poderia ter uma vice-diretora, e não tem porque a política das pessoas com deficiência, a educação em Minas, precisa urgentemente ser revista. Quero deixar aqui o convite da nossa proposta a todos os senhores e às senhoras, especialmente à deputada Geisa, que também é da nossa região Sul, para que possamos, aqui, dia 20, às 14h30min, receber diretores, educadores, participantes de atividades associações, como disse, a Asa-Tea, que cuida do espectro do autismo, receber todos aqui e, com eles, tirar um documento a ser enviado ao MEC, para que possa consolidar uma proposta de Minas e outra proposta a ser entregue ao governador, a fim de que possa conhecer a realidade da educação especial em Minas e, a partir do ano que vem, valorizar, participar e reconhecer que essas escolas são fundamentais para a educação dos jovens e

das crianças com deficiência. Para encerrar rapidamente, presidente, se a criança, deputada Geisa, nasce com deficiência no Município de Varginha ou em Campo Belo, não é responsabilidade do prefeito. Como fui prefeito, sei disso. É responsabilidade da Apae, a única escola especial aberta para atender crianças com deficiências. Então precisamos reconhecer que as atuais escolas especiais do governo precisam ser fortalecidas e transformadas em centro para receber as crianças com deficiência e, a partir dali, após um determinado período frequentando essas escolas ou centros, poderão ser inseridas nas escolas normais, ou seja, escolas regulares do Estado de Minas. Espero a participação daqueles e daquelas que se interessarem pelo tema, na terça-feira, dia 20, às 14h30min, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Obrigado, presidente.

Oradores Inscritos

– Os deputados Felipe Attiê e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 11.630 a 11.632/2018, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 13/11/2018, do Projeto de Lei n° 4.889/2017, do deputado Cristiano Silveira, com a Emenda n° 1;

de Esporte – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 13/11/2018, dos Projetos de Lei n°s 4.407/2017 e 5.193/2018, do deputado Roberto Andrade, 4.718/2017, com a Emenda n° 1, e 5.033/2018, do deputado Sargento Rodrigues, 4.923/2018, do deputado Arnaldo Silva, 4.993 e 5.025/2018, do deputado João Magalhães, 4.998/2018, do deputado Douglas Melo, 5.259/2018, do deputado Paulo Guedes, e 5.300/2018, do deputado Lafayette de Andrada, e dos Requerimentos n°s 11.509/2018, da Comissão de Participação Popular, e 11.578/2018, do deputado Carlos Pimenta;

do Trabalho – aprovação, na 8ª Reunião Extraordinária, em 13/11/2018, dos Projetos de Lei n°s 1.516/2015, do deputado Carlos Pimenta, 4.067/2017, do deputado Tito Torres, 4.164 e 4.701/2017 e 4.992/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares, com a Emenda n° 1, 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos, com a Emenda n° 1, 4.840/2017 e 5.028/2018, do deputado Braulio Braz, 4.891/2017 e 5.143/2018, do deputado Cristiano Silveira, 4.955/2018, do deputado Arnaldo Silva, 5.080, 5.082 com a Emenda n° 1, e 5.281/2018, do deputado Fred Costa, 5.088/2018, do deputado Léo Portela, 5.102, 5.166 e 5.283/2018, do deputado Ivair Nogueira, 5.122/2018, do deputado Hely Tarquínio, 5.124/2018, do deputado Gustavo Corrêa, 5.148/2018, da deputada Rosângela Reis, 5.158/2018, do deputado Fábio Avelar Oliveira, com a Emenda n° 1, 5.206/2018, do deputado Lafayette de Andrada, 5.212/2018, do deputado André Quintão, 5.231/2018, do deputado Neilando Pimenta, 5.246/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro, 5.262 e 5.263/2018, do deputado Paulo Guedes, 5.268/2018, do deputado Iran Barbosa, 5.287/2018, do deputado Doutor Jean Freire, e 5.308/2018, do deputado Vanderlei Miranda, e do Requerimento n° 11.489/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago; e

de Segurança Pública – aprovação, na 28ª Reunião Extraordinária, em 14/11/2018, do Requerimento nº 11.589/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr. (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O presidente (deputado Rogério Correia) – Requerimento Ordinário nº 3.312/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.119/2015, que se encontra cumprindo prazo para recurso após receber parecer de inconstitucionalidade. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o projeto.

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 3.320/2018, do deputado Cássio Soares, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.400/2017 (Arquite-se o projeto).

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Requerimento Ordinário nº 3.303/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita que o Projeto de Lei nº 2.276/2015 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno.

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 3.304 e 3.305/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita, respectivamente, que os Projetos de Lei nºs 523 e 700/2015 sejam encaminhados às comissões seguintes a que foram distribuídos, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer; e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 141, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 3.306/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 699/2015, uma vez que a Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de terça-feira, dia 20, às 10 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Cássio Soares, Dilzon Melo e João Alberto, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 385, 1.180, 1.191 e 1.298/2015 (designado relator: deputado Cássio Soares) e 1.553, 1.599, 1.668 e 1.741/2015 (designado relator: deputado Dilzon Melo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses – Léo Portela.

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 11h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Cássio Soares, João Alberto e Ricardo Faria (substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia e Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM). Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.937 e 2.938/2015, em turno único, cuja relatoria avocou para si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina, cada uma por sua vez, a distribuição em avulso dos pareceres que concluem pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.937/2015 com as Emendas nºs 28 a 30, 40, 42, 52, 103, 115 e 116, apresentadas por parlamentares, com as Emendas nºs 162, 163, 165 a 187, 189 a 196, 199 a 201, 204, 206 a 214, 217 a 220, 222 a 231, 233 a 242, 244 a 250 e 252 a 255, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 8, 17, 25, 31, 32, 34, 55 a 57, 59, 64, 66, 69, 106, 117, 133, 140, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243 e 251 e as Emendas nºs 256 a 377 e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9, 10 a 16, 18 a 24, 33, 35 a 38, 41, 43, 44, 45, 47 a 51, 53, 54, 58, 60, 61, 65, 67, 68, 70, 71, 73 a 101, 104, 105, 107, 108, 110, 111 a 113, 118 a 134, 137 a 139, 141 a 148, 151 a 158, 160 e 161; e 2.938/2015 com as Emendas nºs 1 a 8, 10, 14, 15, 33 a 35, 36, 39, 50 a 53, 55 a 64, 66, 67, 70, 71, 76 a 79, 90, 117, 118, 122 a 131, 140 a 161, 180 a 185, 187 a 200, 202, 203, 204, 211, 213 a 220, 224, 225, 233, 234, 345 a 375, 377 a 383, 385 a 390, 401, 501, 511 a 527, 541 a 548 e 585, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 601 a 631, 633 a 635, 637 a 639, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda nº 538, apresentada pelos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 9, 11 a 13, 16 a 18, 22, 24, 25, 40, 42, 54, 65, 68, 69, 72 a 75, 84, 86, 87, 89, 94, 119, 120, 133, 166, 169, 173, 179, 186, 201, 205 a 210, 221 a 223, 226 a 229, 231, 232, 237, 238, 262, 374, 376, 384, 400, 412, 504, 506, 549 a 552, 579, 581, 591, 592, 594, 632 e 636 e com as Emendas nºs 640 a 729; e pela rejeição das Emendas nºs 19 a 21, 23, 26 a 32, 37, 38, 41, 43 a 49, 80 a 83, 85, 88, 91 a 93, 95 a 116, 121, 132, 134 a 139, 162 a 165, 167, 168, 170 a 172, 174 a 178, 212, 230, 235, 236, 239 a 344, 391 a 399, 402 a 411, 413 a 500, 502, 503, 505, 507 a 510, 528 a 537, 539, 540, 553 a 578, 580, 582 a 584, 586 a 590, 593, 595 e 596 a 600, dos quais é relator. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente

ATA DA 13ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 18h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Durval Ângelo e João Alberto (substituindo, respectivamente, os deputados Arnaldo Silva e Vanderlei Mranda, por indicação da liderança do BMM), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Professor Neivaldo e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei n°s 2.937/2015 com as Emendas n°s 28 a 30, 40, 42, 52, 103, 115 e 116, apresentadas por parlamentares, com as Emendas n°s 162, 163, 165 a 187, 189 a 196, 199 a 201, 204, 206 a 214, 217 a 220, 222 a 231, 233 a 242, 244 a 250 e 252 a 255, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, e com as Subemendas n° 1 às Emendas n°s 1 a 4, 8, 17, 25, 31, 32, 34, 55 a 57, 59, 64, 66, 69, 106, 117, 133, 140, 164, 188, 197, 198, 202, 203, 205, 215, 216, 221, 232, 243, 251 e 256 a 377 e pela rejeição das Emendas n°s 6, 7, 9 a 16, 18 a 24, 33, 35 a 38, 41, 43 a 45, 47 a 51, 53, 54, 58, 60, 61, 65, 67, 68, 70, 71, 73 a 101, 104, 105, 107, 108, 110 a 113, 118 a 132, 134, 137 a 139, 141 a 148, 151 a 158, 160 e 161; e 2.938/2015 com as Emendas n°s 1 a 8, 10, 14, 15, 33 a 36, 39, 50 a 53, 55 a 64, 66, 67, 70, 71, 76 a 79, 90, 117, 118, 122 a 131, 140 a 161, 180 a 185, 187 a 200, 202 a 204, 211, 213 a 220, 224, 225, 233, 234, 345 a 373, 375, 377 a 383, 385 a 390, 401, 501, 511 a 527, 541 a 548 e 585, apresentadas por parlamentares; com as Emendas n°s 601 a 631, 633 a 635 e 637 a 639, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda n° 538, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino; com as Subemendas n° 1 às Emendas n°s 9, 11 a 13, 16 a 18, 22, 24, 25, 40, 42, 54, 65, 68, 69, 72 a 75, 84, 86, 87, 89, 94, 119, 120, 133, 166, 169, 173, 179, 186, 201, 205 a 210, 221 a 223, 226 a 229, 231, 232, 237, 238, 262, 374, 376, 384, 400, 412, 504, 506, 549 a 552, 579, 581, 591, 592, 594, 632 e 636 e com as Emendas n°s 640 a 729; e pela rejeição das Emendas n°s 19 a 21, 23, 26 a 32, 37, 38, 41, 43 a 49, 80 a 83, 85, 88, 91 a 93, 95 a 116, 121, 132, 134 a 139, 162 a 165, 167, 168, 170 a 172, 174 a 178, 212, 230, 235, 236, 239 a 261, 263 a 344, 391 a 399, 402 a 411, 413 a 500, 502, 503, 505, 507 a 510, 528 a 537, 539, 540, 553 a 578, 580, 582 a 584, 586 a 590, 593, 595 a 600 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2016

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Cássio Soares e Carlos Henrique (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM). Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Suspende-se a reunião. Decorrido o prazo regimental de duração, a reunião é dada por encerrada.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Cássio Soares – Dilzon Melo – Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2017

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Ivair Nogueira, Ulysses Gomes e Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta por determinação do presidente da comissão os Projetos de Lei n° 1.271/2015 e 4.616/2016, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e 2.141 e 2.182/2015, 3.312/2016 e 4.737 e 4.827/2017, por não

cumprirem pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 2.874/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Ulysses Gomes, aprovado pela comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Ivair Nogueira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 9/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/12/2017

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Estão presentes, também, os deputados Bonifácio Mourão e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 4.666/2017 com as Emendas nºs 2 a 4, 7, 8, 10 a 18, 21 a 30, 32 a 46, 54 a 62, 66 a 80, 82, 83, 85, 86, 90 a 99, 112, 114 a 117, 132 a 150, 157 a 171, 177 a 185, 188, 235, 239, 280, 307 a 313, 318, 319, 322 e 325 a 329, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 330 a 384 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 385 a 388 apresentadas pelo governador do Estado; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 9, 19, 20, 31, 47 a 53, 118, 129, 130, 152 a 156, 172, 175, 176, 195, 219, 314, 316, 317, 320, 323 e 324 e com as Emendas nºs 389 a 430, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 5, 63 a 65, 81, 84, 87 a 89, 100 a 111, 113, 119 a 128, 131, 151, 173, 174, 186, 187, 189 a 194, 196 a 218, 220 a 234, 236 a 238, 240 a 279, 281 a 306, 315 e 321 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2018

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 10h29min são reabertos os trabalhos. A presidente, deputada Marília Campos, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a atividade de mineradoras que interfeririam nas unidades de conservação e no entorno dos Parques Estaduais da Serra do Rola Moça e da Baleia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Silvana Mônica Vaz, gerente da Divisão de Recursos Hídricos da Copasa, representando o Sr. Rômulo Thomaz Perilli, diretor de operação metropolitana; e os Srs. Gilson Reis, vereador em Belo Horizonte, Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, superintendente regional de Meio Ambiente, representando o Sr. Germano Luiz

Gomes Vieira, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Anderson Zacharias Mourão, secretário municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Ibitité, representando o Sr. William Parreira, prefeito, Arthur Adolfo Nicolato, médico neurocirurgião e professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, Júlio Cesar Dutra Grillo, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, Superintendência em Minas Gerais, e Emmanuel Duarte Almada, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, Unidade Ibitité. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Neste momento, comparece à reunião o deputado Glaycon Franco, membro da supracitada comissão, ao qual é passada a presidência dos trabalhos. Registra-se a presença do deputado Fred Costa. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retira-se da reunião o deputado Glaycon Franco, a quem o deputado Fred Costa passa a substituir por indicação do líder do Bloco Compromisso com Minas Gerais. A presidência é passada à deputada Marília Campos. Neste momento, comparece à reunião o deputado Bosco, substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação do líder do Bloco Minas Melhor. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.572/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Sarzedo, para debater a poluição atmosférica provocada por empresas instaladas no Distrito Industrial do Bairro Cachoeira, especialmente pela Central de Gerenciamento Ambiental S.A. – Ecovital –, que atinge os moradores dos bairros vizinhos;

nº 12.651/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para debater as demandas dos setores ligados às atividades agrícolas, silviculturais e pecuárias, relacionadas a licenciamentos ambientais;

nº 12.677/2018, da deputada Marília Campos e do deputado Glaycon Franco, em que requerem seja realizada visita aos parques Estaduais da Baleia e da Serra do Rola Moça, localizados nos Municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibitité e Brumadinho, para verificar os impactos da atividade minerária das Empresas Empabra e Santa Paulina nessas áreas de conservação e em seu entorno.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2018.

Glaycon Franco, presidente – Carlos Henrique – Thiago Cota.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/10/2018

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.812/2018, da deputada Celise Laviola e dos deputados João Magalhães e Cássio Soares, em que requerem seja realizada reunião, com a presença de convidados, com as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para debater o Projeto de Lei nº 5.429/2018, que autoriza o

Estado a assumir o passivo financeiro das fundações de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2018.

Celise Laviola, presidente – Léo Portela – Glaycon Franco.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/11/2018**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Antonio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.586/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.830/2018, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Municipal nº 1.749/2015, que trata do Plano Diretor de Belo Horizonte, e os impactos futuros no desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e da região metropolitana, bem como no setor de construção civil e na geração de emprego e renda;

nº 12.831/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as estratégias para a superação da grave crise econômica que assola o Estado, bem como propor a adoção de medidas apresentadas pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, que possibilitarão a retomada do desenvolvimento econômico e do equilíbrio fiscal do Estado;

nº 12.838/2018, dos deputados Roberto Andrade, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a implantação do aeroporto-indústria no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Roberto Andrade, presidente – João Magalhães – Tadeu Martins Leite.

 **ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 20/11/2018**

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.031, que dá denominação à ponte sobre o Rio São Francisco que liga o Município de São Francisco ao Município de Pintópolis. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 305/2015, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Azul de controle e redução do consumo de água potável para os municípios do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.267/2017, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Cajuru o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.392/2017, do deputado Paulo Guedes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.367/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.392/2018, do governador do Estado, que autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.254/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, que dispõe sobre a Semana Estadual dos Trabalhadores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que

apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.203/2018, da deputada Marília Campos, que institui o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Direitos Humanos e de Direitos da Mulher opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.882/2015, do governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação – PEE – e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2016, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.872/2017, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais referente ao ano de 2017. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2017, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente à data-base de 2017, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.931/2018, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referente ao ano de 2018. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.429/2018, do governador do Estado, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro das fundações de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.452/2018, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2018. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 774/2015, do deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.968/2016, do deputado Rogério Correia, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela

aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Agropecuária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Agropecuária, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.019/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.041/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos circuitos turísticos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.725/2017, do deputado Ulysses Gomes, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.138, de 18 de janeiro de 1999, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.739/2017, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Firmino o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.256/2018, do deputado Ivair Nogueira, que concede novo prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 20.005, de 3 de janeiro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.358/2018, do deputado Ricardo Faria, que dá nova redação à Ordem 103 do Anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/11/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as mudanças no quadro de pessoal das Delegacias de Plantão da Polícia Civil – Deplans I, II, III e IV –, em especial quanto à significativa redução do número de escrivães nas referidas unidades.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação dos assentamentos de famílias na região da Baixada da Angola e no seu entorno, no Município de Ipaba.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.039/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.511/2018, 11.525/2018 e 11.526/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/11/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 20 de novembro de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 24.031, que dá denominação à ponte sobre o Rio São Francisco, que liga o Município de São Francisco ao Município de Pintópolis, e dos Projetos de Lei nºs 305/2015, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Azul de controle e redução do consumo de água potável para os municípios do Estado, 774/2015, do deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado, 2.882/2015, do governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação – PEE – e dá outras providências, 3.254/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, que dispõe sobre a Semana Estadual dos Trabalhadores, 3.730/2016, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado, 3.968/2016, do deputado Rogério Correia, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências, 4.019/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica, 4.041/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos circuitos turísticos do Estado, 4.267/2017, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e dá outras providências, 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Cajuru o trecho rodoviário que especifica, 4.392/2017, do deputado Paulo Guedes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências, 4.725/2017, do deputado Ulysses Gomes, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.138, de 18 de janeiro de 1999, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica, 4.739/2017, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Firmino o trecho que especifica, 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase, 4.872/2017, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2017, 4.873/2017, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, referente à data-base de 2017, e dá outras providências, 4.931/2018, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente ao ano de 2018, 5.203/2018, da deputada Marília Campos, que institui o Dia Estadual de Combate ao Femicídio, 5.256/2018, do deputado Ivair Nogueira, que concede novo prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 20.005, de 3 de janeiro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica, 5.358/2018, do deputado Ricardo Faria, que dá nova redação à Ordem 103 do Anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, 5.367/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado, 5.392/2018, do governador do Estado, que autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado, 5.429/2018, do governador do Estado, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro das fundações de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 5.452/2018, da

Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2018; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de novembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 20 de novembro de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 24.031, que dá denominação à ponte sobre o Rio São Francisco, que liga o Município de São Francisco ao Município de Pintópolis; e dos Projetos de Lei nºs 305/2015, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Azul de controle e redução do consumo de água potável para os municípios do Estado, 774/2015, do deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado, 2.882/2015, do governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação – PEE – e dá outras providências, 3.254/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, que dispõe sobre a Semana Estadual dos Trabalhadores, 3.730/2016, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado, 3.968/2016, do deputado Rogério Correia, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências, 4.019/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica, 4.041/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos circuitos turísticos do Estado, 4.267/2017, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a definição das associações de socorro mútuo e dá outras providências, 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Cajuru o trecho que especifica, 4.392/2017, do deputado Paulo Guedes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências, 4.725/2017, do deputado Ulysses Gomes, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.138, de 18 de janeiro de 1999, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica, 4.739/2017, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Firmino o trecho rodoviário que especifica, 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase, 4.872/2017, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, referente ao ano de 2017, 4.873/2017, do Tribunal de Justiça, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, referente à data-base de 2017, e dá outras providências, 4.931/2018, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente ao ano de 2018, 5.203/2018, da deputada Marília Campos, que institui o Dia Estadual de Combate ao Femicídio, 5.256/2018, do deputado Ivair Nogueira, que concede novo prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 20.005, de 3 de janeiro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica, 5.358/2018, do deputado Ricardo Faria, que dá nova redação à Ordem 103 do Anexo da Lei nº 12.995, de 30 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona, 5.367/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado, 5.392/2018, do governador do Estado, que autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em

favor da Defensoria Pública do Estado, 5.429/2018, do governador do Estado, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro das fundações de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 5.452/2018, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2018; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de novembro de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2018, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Municipal nº 1.749/2015, que trata do Plano Diretor de Belo Horizonte, e os impactos futuros no desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e da região metropolitana, bem como no setor de construção civil e na geração de emprego e renda; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 20/11/2018, às 10h15min, às 14h30min e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, André Quintão, Bonifácio Mourão, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 20/11/2018, às 11h45min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.456 e 5.457/2018, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de novembro 2018.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.446/2016, da deputada Ione Pinheiro, 4.191/2017, do deputado Gustavo Valadares, 4.221/2017, do deputado Ivair Nogueira, 4.520/2017, do deputado Dilzon Melo, 4.692/2017, do deputado Lafayette de Andrada, 4.714 e 4.731/2017, do deputado Inácio Franco, 4.727/2017, do deputado Tito Torres, 4.856/2017, do deputado Adalclever Lopes, e 5.000 e 5.302/2018, do governador do Estado; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.407 e 5.408/2018, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a consulta pública realizada pelo MEC sobre a Política Nacional de Educação Especial e apresentar sugestões para o aprimoramento dessa política.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Minas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2018, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, discutir os estudos elaborados pelo Tribunal de Contas da União – TCU – sobre o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

João Leite, presidente.

**EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO****EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, desconvoco as deputadas Arlete Magalhães, Geisa Teixeira e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, que haviam sido convocadas para a reunião do dia 20/11/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 11.362, 11.363 e 11.366/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres, e 11.588/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Marília Campos, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 4.832/2017****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao Contorno de Itapecerica, localizado no Município de Itapecerica, que tem extensão de 3,54 km e interliga as Rodovias MG-164 e MG-260.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda n° 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei n° 4.832/2017 objetiva dar a denominação de Contorno Rodoviário Miguel Dianese ao Contorno de Itapecerica, localizado no Município de Itapecerica, que tem extensão de 3,54 km e interliga as Rodovias MG-164 e MG-260.

Segundo justifica o autor, a proposição pretende homenagear o Sr. Miguel Dianese, filho de imigrantes italianos, nascido e criado em Itapecerica, onde exerceu com dignidade a profissão de sapateiro. Apesar de sua simplicidade, tinha notável capacidade intelectual, que sempre dividiu voluntariamente com a comunidade local, especialmente com os mais necessitados, o que fez dele um homem admirado e respeitado no município. O valor que ele sempre deu à educação se mede pelo caminho trilhado por seus três filhos, que se tornaram professores universitários. Um deles foi prefeito de Itapecerica por quatro mandatos.

A Comissão de Constituição e Justiça, após exame do projeto, relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município e pode, assim, ser objeto de disciplina jurídica na esfera estadual. Esclareceu ainda que, no uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei n° 13.408, de 1999, a qual, além de atribuir ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determina que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade – que é o caso da matéria em questão –, em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

Informou, ainda, que a Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais enviou a esta Casa a Nota Técnica Jurídica nº 875/2017, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop –, e a nota técnica de 12/12/2017, do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestaram favoravelmente à pretensão da proposição em análise, uma vez que a rodovia que se pretende nomear não possui denominação oficial. Contudo, entendeu oferecer a Emenda nº 1, com a qual concordamos, para dar nova redação ao art. 1º da proposição, com a finalidade de adequá-lo à técnica legislativa.

No que compete a esta comissão, observamos que, em razão do trabalho desenvolvido pelo Sr. Miguel Dianese em prol do Município de Itapecerica, consideramos justa e meritória a honraria que se pretende conceder em sua memória.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.832/2017, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2018.

Fábio Cherem, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.414/2018

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Minas de Tae-Kwon-Do, com sede no Município de Bueno Brandão.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Minas de Tae-Kwon-Do, com sede no Município de Bueno Brandão, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, incentivar e difundir a prática do Tae-Kwon-Do, possibilitando a seus associados o acesso a meios para aperfeiçoamento físico através dessa prática esportiva.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.414/2018 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Carlos Henrique, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.029/2017

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Rogério Correia, a proposição em epígrafe “institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica e dá outras providências”.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça com a Emenda nº 1 da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, retorna agora a proposição a esta comissão para dela receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, § 1º, combinado com o art. 102, inciso XIII, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em análise pretende instituir a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região.

Define, então, os princípios orientadores do polo, os conceitos fundamentais da matéria e as diretrizes da política de fortalecimento da agroecológica e da produção orgânica na região. Estabelece, ainda, que, para atingi-las ou promovê-las, o Estado poderá adotar uma série de medidas listadas no art. 5º.

Dispõe, por fim, que as ações relacionadas à implementação e gestão do polo que o projeto pretende criar contarão com a participação de representantes de agricultores familiares, associações, cooperativas, entidades públicas e privadas e de organizações da sociedade civil ligadas à produção e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos.

A proposição foi aprimorada no 1º turno pelo Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que excluiu dispositivos já tratados pela Lei nº 21.146, de 2014, que “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo – e dá outras providências”.

Por sua vez, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria acrescentou ao Substitutivo nº 1 a Emenda nº 1, que, ao considerar a nova configuração do Estado instituída pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – em 2016, observou que a região denominada Zona da Mata foi dividida em duas: os Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó, entre os quais foram redistribuídos os municípios que a compunham.

Conforme nos manifestamos no 1º turno, a proposição com os aprimoramentos trazidos pelo Substitutivo nº 1 e pela Emenda nº1, apresenta, em diversos dispositivos, as diretrizes que visam, em sua maior parte, promover o incentivo econômico àqueles territórios de desenvolvimento. Entre elas, destacamos: o fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica; o fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural; o apoio à comercialização de produtos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, com prioridade para os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor.

Entendemos que não há fatos novos que justifiquem qualquer alteração no texto do projeto aprovado por esta Casa em 1º turno.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.029/2017 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2018.

Roberto Andrade, presidente e relator – João Magalhães – Tadeu Martins Leite

PROJETO DE LEI Nº 4.029/2017

(Redação do Vencido)

Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região.

§ 1º – Para os fins desta lei, considera-se Zona da Mata os Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó, definidos no Anexo III a que se refere o inciso III do § 1º do Art. 1º da Lei nº 21.967, de 12 de janeiro de 2016.

§ 2º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei serão realizadas no âmbito da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, de que trata a Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta Lei observarão os seguintes princípios:

I – desenvolvimento sustentável;

II – participação e protagonismo social;

III – preservação ecológica com inclusão social;

IV – segurança e soberania alimentar;

V – diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

Art. 3º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes:

I – fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;

II – incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados e da valorização da agrobiodiversidade;

III – estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural;

IV – promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável;

V – transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação;

VI – estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investimentos na produção e no aumento da oferta de produtos;

VII – consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade, de metodologias de trabalho em desenvolvimento rural e de conhecimento de manejos de agroecossistemas;

VIII – reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores;

IX – fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;

X – apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;

XI – fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;

XII – apoio à comercialização de produtos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor;

XIII – incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural;

XIV – condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural;

XV – fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, à qualidade de produtos agroindustrializados e às tecnologias e máquinas socialmente apropriadas qualificadas como de baixo impacto ambiental;

XVI – apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;

XVII – incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas;

XVIII – reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

Art. 4º – As ações relacionadas à implementação do polo de que trata esta lei contarão com a participação de representantes dos agricultores familiares e das entidades públicas e privadas ligadas à produção e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/11/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Afrânio Pinto Moreira Júnior, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 91/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 194/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, em 3/12/2018, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento e a execução de cenário multiuso para programas da TV Assembleia.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado,

das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/11/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/11/2018, na pág. 19, onde se lê:

“Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento Ordinário nº 3.209/2018, do deputado Douglas Melo, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.962/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, esse requerimento está pedindo para retirar emenda de qual projeto?

O presidente – Está pedindo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.962/2015, de autoria do próprio deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – *Ok*, presidente. Obrigado.

O presidente – Requerimento Ordinário nº 3.232/2018, do deputado Felipe Attiê, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.075/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Requerimento Ordinário nº 3.233/2018, do deputado João Magalhães, em que solicita que o Projeto de Lei nº 3.459/2016 seja distribuído à Comissão de Administração Pública, para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Requerimento Ordinário nº 3.272/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita que o Projeto de Lei nº 5.216/2018 seja distribuído à Comissão de Agropecuária, para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.”, leia-se:

“Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento Ordinário nº 3.209/2018, do deputado Douglas Melo, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.962/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Arquite-se o projeto.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, esse requerimento está pedindo para retirar emenda de qual projeto?

O presidente – Está pedindo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.962/2015, de autoria do próprio deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – *Ok*, presidente. Obrigado.

O presidente – Requerimento Ordinário nº 3.232/2018, do deputado Felipe Attiê, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.075/2015. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Arquite-se o projeto.

Requerimento Ordinário nº 3.233/2018, do deputado João Magalhães, em que solicita que o Projeto de Lei nº 3.459/2016 seja distribuído à Comissão de Administração Pública, para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento Ordinário nº 3.272/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita que o Projeto de Lei nº 5.216/2018 seja distribuído à Comissão de Agropecuária, para parecer. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.”.